

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 99/2013-17 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 13 JULHO DE 2017**

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Gabinete da Presidência, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio ao Funcionamento dos Órgãos Municipais, Ana Maria Guerra Borges, em substituição da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, ausente por motivo de férias, e a presença dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Afonso Manuel Batista Dias, Sandra Maria Sousa Nunes e Susana Cristina Dias Pereira, teve lugar a nonagésima nona reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e treze - dois mil e dezassete.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número noventa e oito da reunião desta Câmara Municipal de vinte e nove de junho findo, a qual foi aprovada sem alterações, por unanimidade.

De seguida, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início ao

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presente o Senhor Carlos Manuel Albuquerque** que iniciou por agradecer todo o apoio logístico dado pelo Executivo aquando da apresentação do seu livro intitulado "Pinheiro - Ontem e Hoje", que decorreu no dia um de julho corrente, em S. João de Tarouca. E como reconhecimento por todo o empenho e dedicação, ofereceu um exemplar do mencionado livro a cada elemento do Executivo.

Agradeceu ainda a oportunidade que lhe deram para intervir nesta reunião.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a generosidade da oferta do livro, tendo salientado que a disponibilidade do Município tem sido e continuará a ser sempre total para apoiar todas as situações semelhantes.

Considera que é sempre bom termos escritores no nosso Município, que dão a conhecer um pouco da nossa história através dos seus livros, os quais ficam para o futuro.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que já lhe deu os parabéns pessoalmente, mas que também gostaria de o fazer de forma pública. Disse ainda que, na sua opinião, não precisa de agradecer o apoio que foi dado pelo Município, porque este não fez mais do que a sua obrigação, que é apoiar todos aqueles que trabalham e dão o seu contributo para o enriquecimento cultural do Concelho. Concluiu agradecendo a oferta do livro.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que não lhe foi possível comparecer na apresentação do livro em causa, porque estava fora do País.

Agradeceu ao Carlos Albuquerque em seu nome pessoal e em nome do Concelho pelo trabalho de investigação que tem vindo a fazer, não só com este livro, mas também com os que o antecederam, e pelo contributo que tem dado para que as nossas gentes e as gentes de fora do Concelho conheçam melhor a nossa terra.

Terminado o período de intervenção do público, passou-se de seguida ao

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** relativamente às intempéries que se verificaram no Concelho, disse que já teve oportunidade de visitar algumas propriedades, tendo verificado que os problemas com que se deparam os nossos agricultores são muitos. Disse ainda que sabe que o Município está a desenvolver esforços para conseguir apoios, que espera que venham a resultar em ajudas efetivas, porque o Concelho e os nossos agricultores necessitam desse apoio. Disse ainda que estão previstos apoios para estas situações e, por isso, devem ser feitos todos os esforços junto das entidades competentes no sentido de os conseguir obter, para que sejam apoiados os agricultores do nosso Concelho e dos concelhos vizinhos, a fim de serem minimizados os prejuízos.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Devemos refletir sobre o que aconteceu, pois a natureza prega-nos partidas e ninguém está preparado para elas. Muito menos os agricultores estavam preparados para esta situação, pois andaram um ano inteiro a trabalhar com toda a dedicação e com muitas despesas e num instante viram tudo "ir por água abaixo".

Logo de imediato tomámos as diligências necessárias para comunicar às entidades competentes o que se estava a passar, pois foi uma tragédia muito grande que incidiu no Concelho. Também contactei os Presidentes das Câmaras de Lamego, Armamar e Tabuaço informando-os de que estávamos a preparar um documento, e eles também concordaram em juntar-se a nós. De imediato, fomos contactados pelo Diretor Regional da Agricultura que nos comunicou que viria visitar o nosso Concelho e os restantes, e fê-lo por indicação do Governo.

Eu próprio me desloquei com o Senhor Diretor para lhe apresentar as situações mais difíceis, tendo ele reconhecido que houve graves prejuízos e, por isso, disse que ia mandar equipas para fazerem a respetiva avaliação.

Atentos a isso e para facilitar a avaliação, estamos a receber as pessoas para darem os seus dados, a fim de serem entregues aos avaliadores de imediato, aquando da sua visita Concelho.

Relativamente ao programa Norte 2020, podem ser resolvidos os problemas dos agricultores de forma célere com as



Fl. 079  
*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

indenizações devidas, por isso e acreditando que o Governo vai resolver o problema, não iremos descansar e estaremos sempre do lado dos agricultores para resolver qualquer situação que necessitem."

Terminado o período de antes da ordem do dia, de imediato se deu início à discussão da seguinte:

#### ORDEM DO DIA

**PONTO 1** - Ata da 2ª reunião do júri do concurso público para atribuição de uma licença de táxi para a freguesia de Tarouca e Dálvares - relatório final

**PONTO 2** - Revisão do Plano Diretor Municipal - Suspensão dos atos administrativos de gestão urbanística - proposta de deliberação

**PONTO 3** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 1 - ATA DA 2ª REUNIÃO DO JÚRI DO CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA LICENÇA DE TÁXI PARA A FREGUESIA DE TAROUCA E DÁLVARES - RELATÓRIO FINAL**

Presente o processo do concurso público para atribuição de uma licença de táxi para a freguesia de Tarouca e Dálvares, aberto por edital n° 338/2017, publicado no Diário da República, 2ª Série, n° 100, de 24 de maio de 2017, designadamente a ata número dois do júri do concurso público, que inclui o relatório final, no qual é proposta a seguinte ordenação dos concorrentes:

1º Jonienail, Lda., com sede em Arguedeira, Tarouca.

Propõem ainda a dispensa da audiência prévia dos interessados, ao abrigo do disposto na alínea f) do n° 1 do artigo 124º do CPA, em virtude de os elementos constantes do procedimento conduzirem a uma decisão inteiramente favorável ao único interessado.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nas razões de facto e de direito constantes da mencionada ata do júri do concurso, que aqui se dão por integralmente reproduzidas, o seguinte:

1º aprovar o relatório de classificação preliminar do júri do concurso público aberto por edital n° 338/2017, publicado no Diário da República, 2ª série, n° 100, de 24 de maio de 2017, para a atribuição de uma licença de táxi para a freguesia de Tarouca e Dálvares, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido e com fundamento no mesmo, aprovar a seguinte ordenação dos candidatos admitidos:

- 1º Jonienail, Lda., com sede em Arguedeira, Tarouca.

2º dispensar a audiência prévia dos interessados, ao abrigo do disposto na alínea f) do n° 1 do artigo 124º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de os elementos constantes do procedimento conduzirem a uma decisão inteiramente favorável ao único interessado;

3º atribuir à sociedade "Jonienail, Lda.", com sede em Arguedeira, freguesia da União de Freguesias de Tarouca de Dálvares, concelho de Tarouca, a licença de transporte em táxi para a freguesia de Tarouca e Dálvares, correspondente

ao lugar n° 6 do contingente da referida freguesia, com estacionamento fixo e por escala na Praceta do Mártir São Sebastião, em Tarouca;

4° fixar o prazo de **60 dias úteis** para a referida sociedade proceder ao licenciamento do veículo de táxi, nos termos dos artigos 6° e 21° do Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transportes em Táxi, publicado no D.R., 2ª série, n° 134, de 11 de junho de 2003.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - SUSPENSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE GESTÃO URBANÍSTICA - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Presente a proposta do Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente, apresentada pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

**"Proposta de deliberação**

**Assunto:** Suspensão dos atos administrativos de gestão urbanística desde a abertura do período de discussão pública da proposta, em sede de revisão, do Plano Diretor Municipal até à data da sua entrada em vigor ou, caso tal não se verifique, pelo período de 180 dias úteis.

**Súmula**

Propõe-se à Sra. Vereadora Susana Pereira que submeta à Câmara Municipal, no sentido de que esta delibere, assentir à posição aqui elencada, permitindo à Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente apreciar, informar, os respetivos procedimentos administrativos, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), em conformidade jurídica e de acordo com o quadro<sup>1</sup>síntese anexo, tendo por base os fundamentos que a seguir se expõem, perfilhando a posição adotado pela melhor doutrina - Fernanda Paula Oliveira, Maria José castanheira Neves, Dulce Lopes e Fernanda maçãs - sobre a suspensão dos atos de gestão urbanística desde a abertura do período de discussão pública da Proposta, em sede de revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, até à data de sua entrada em vigor, ou caso tal não se verifique, pelo período de 180 dias úteis.

**Resumo**

**Quadro síntese - Proposta de deliberação**

**I Dos factos**

**II Do enquadramento jurídico**

**III Das medidas cautelares dos instrumentos de gestão territorial e a suspensão**

---

<sup>1</sup> (Decalcado e adaptado) OLIVEIRA, Fernanda Paula, NEVES, Maria José castanheira, LOPES, Dulce, MAÇÃS, Fernanda, in Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação Comentado, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, p. 217 e 218

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL****IV Situações excluídas da suspensão de procedimentos****V Procedimentos objeto da suspensão automática****VI Operações urbanísticas da iniciativa da administração****VII Epílogo****Quadro síntese - Proposta de deliberação**

<b>Exclusão da suspensão de procedimentos</b>	<b>Área não abrangida por novas regras urbanísticas</b>	
	<b>Área abrangida por novas regras urbanísticas</b>	A. Procedimentos relativos a edificações previstas no artigo 60.º do RJUE
		B. Pedidos de comunicação prévia instruídos com pedido de informação prévia favorável, de carácter vinculativo
		C. Procedimentos em curso após aprovação do projeto de arquitetura
		D. Procedimentos de comunicação prévia referentes a obras e erigis em lotes resultantes de operações de loteamento titulados por alvará válido.
		E. Pedidos de emissão de autorização de utilização
		F. Pedidos de emissão de alvarás de licença de obras
<b>Suspensão Automática</b>	<b>Sem levantamento de suspensão</b>	G. No caso de procedimentos indicados na sequência de pedidos, passíveis de deferimento, de

		acordo com o plano em vigor, mas de indeferimento de acordo com o plano sujeito a discussão pública
	Com levantamento da suspensão	H. Quando a decisão seja de indeferimento, segundo o plano em vigor, e de indeferimento, segundo o plano colocado em discussão pública
		I. Quando a decisão seja de deferimento, segundo o plano em vigor, e de deferimento, segundo o plano colocado a discussão pública
		J. Quando a decisão seja de indeferimento, segundo o plano em vigor mas de deferimento, segundo o plano colocado a discussão pública; Para estes casos, dar-se-á o deferimento de pedido com decisão final condicionada à entrada em vigor do plano submetido a discussão pública

#### **Proposta de deliberação**

##### **I Dos factos**

1. Observe-se que:

1.1 Em reunião ordinária do órgão executivo camarário, de 14.06.2017 por proposta da Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente, foi deliberado colocar o PDM de Tarouca em sede de revisão, a discussão pública pelo período de 30 dias seguidos, tendo a publicação ocorrido a 03.07.2017, atenta ao aviso n° 650/2017 publicado no DR, 2ª série, n° 109;





## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

1.2 Dessa revisão resultarão novas regras urbanísticas para gestão urbanística do território municipal, devendo considerar-se o seu envasamento legal determinado ao artigo 12ºA do RJUE-DL n. 555/1999 de 16 de dezembro, alterado pelo DL nº 26/2010 de 30 de março, no DR 1ª série, nº 171 e do disposto no artigo nº 145 do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), DL nº 80/2015, de 14 de maio.

#### **II Do enquadramento jurídico**

2. Observe-se depois o normativo "RJUE - Artº 12ºA

#### **Suspensão do procedimento.**

Nas áreas a abranger nas novas regras urbanísticas constantes do plano municipal ou especial de ordenamento do território ou sua revisão aplica-se o disposto no artigo 145º do DL nº 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial."

#### **Artigo 145.º**

#### **Suspensão de procedimentos**

1 - Nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes de plano intermunicipal ou plano municipal ou da sua revisão, os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor daqueles planos.

2 - Cessando a suspensão do procedimento nos termos do número anterior, este é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor.

3 - Caso as novas regras urbanísticas não entrem em vigor no prazo de 180 dias desde a data do início da respetiva discussão pública, cessa a suspensão do procedimento, devendo neste caso prosseguir a apreciação do pedido até à decisão final de acordo com as regras urbanísticas em vigor à data da sua prática.

4 - Não se suspende o procedimento nos termos do presente artigo, quando o pedido seja feito ao abrigo de normas provisórias ou tenha por objeto obras de reconstrução ou de alteração em edificações existentes, desde que tais obras não originem ou agravem desconformidade com as normas em vigor ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação.

5 - Quando haja lugar à suspensão do procedimento nos termos do presente artigo, os interessados podem apresentar novo requerimento com referência às regras do plano colocado à discussão pública, mas a respetiva decisão final fica condicionada à entrada em vigor das regras urbanísticas que conformam a pretensão.

6 - Caso a versão final do plano aprovado implique alterações ao projeto a que se refere o número anterior, os interessados podem, querendo, reformular a sua pretensão, dispondo de idêntica possibilidade aqueles que não tenham feito uso da faculdade prevista no mesmo número.

### **III Das medidas cautelares dos instrumentos de gestão territorial e a suspensão**

3. O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – prevê duas medidas cautelares de salvaguarda de novas soluções urbanísticas contidas num plano que se encontra em fase de elaboração, alteração ou revisão, isto é, medidas cautelares (art. 184) e medidas de suspensão de procedimentos (art. 145).

A suspensão pretende acautelar as opções a plasmar no futuro plano, para que as novas soluções urbanísticas não fiquem prejudicadas ou inviabilizadas durante o período anterior à entrada em vigor do “novo plano”, a qual abarca os procedimentos sujeitos a controlo prévio da administração, nomeadamente, à licença administrativa, à comunicação prévia e ao pedido de informação prévia.

Em causa está, efetivamente, uma suspensão automática dos procedimentos, embora, para certos casos, o órgão camarário competente deva prócere ao “levantamento” da suspensão, ordenando o prosseguimento do procedimento e notificando esse facto ao requerente.

A suspensão está subordinada ao princípio da necessidade e ao princípio da proporcionalidade, isto é, enquanto medida restritiva deverá limitar-se ao estritamente necessário para garantir o interesse público e sempre com a menor lesão possível dos interesses dos particulares.

É pressuposto essencial, na implementação da suspensão dos procedimentos aqui previstos, o respeito pelo princípio da proporcionalidade, o qual, se reflete sobre várias perspetivas<sup>2</sup>, que perfilhamos, a considerar:

**3.1 Perspetiva temporal** o princípio da proporcionalidade implica dever considerar-se a suspensão até ao momento que ocorra o primeiro dos seguintes fatores:

3.1.1 Entrada em vigor do PDM;

3.1.2 Decurso de 180 dias a contar do início da discussão pública (dias úteis)

**3.2 Perspetiva espacial** o Princípio da proporcionalidade implica dever considerar-se que a suspensão se aplique apenas nas áreas em que, comparando, com o plano em vigor, o plano revisto e coloca em discussão pública, introduz inovadoras e diferentes regras jurídicas;

**3.3 Perspetiva material** o Princípio da proporcionalidade implica dever considerar-se que fique fora da suspensão todos os procedimentos relativos a operações urbanísticas a que o PDM colocado a discussão pública nunca terá aplicação, quer porque a lei assim o determina expressamente, quer

---

<sup>2</sup> (comentários ao art. 12-A do RJUE) OLIVEIRA, Fernanda Paula, NEVES, Maria José castanheira, LOPES, Dulce, MAÇÃS, Fernanda, in Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação Comentado, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, p. 2106 e ss.



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

porque tal decorre da aplicação de princípios gerais de direito administrativo.

**IV Situações excluídas da suspensão de procedimentos**

4. Considerando o princípio da proporcionalidade na sua perspectiva material, a um conjunto de situações que ficam excluídas do âmbito desta medida cautelar, (a suspensão) umas expressamente previstas na lei e umas não referidas.

O art. 145 do RGIT, exclui expressamente do âmbito da aplicação da suspensão os seguintes procedimentos:

A. Procedimentos relativos a edificações previsto no art. 60º do RJUE

(Os procedimentos de informação prévia, de licenciamento e de comunicação prévia, quando digam respeito a "obras de reconstrução ou de alteração de edificações existentes, desde que tais obras não originem ou agravam a desconformidade com as normas em vigor ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e da salubridade das edificações" (art. 117º, nº 4) )

Esta solução destina-se a salvaguardar as situações de garantia do existente, nos termos previstos no art. 60º do RJUE. "Tratam-se de operações que, por não poderem ser indeferidas com base nas regras do novo plano, também não podem ser afetadas por qualquer medida de salvaguarda deste"<sup>3</sup>.

B. Procedimentos de comunicação prévia cujos pedidos tenham sido instruídos com o pedido de informação prévia favorável de carácter vinculativo (artigo 17º, nº4, do RJUE)

Nestes casos "não haverá, *ab initium*, suspensão dos procedimentos pelo que não é necessário a prática de um ato administrativo a levantar a suspensão".

No entanto, por uma questão de clareza e segurança jurídica, dever-se-á dar nota ao requerente da continuação do procedimento.

Todavia, várias são as situações, embora sem expressa exclusão, que no entender de Fernando Alves Correia <sup>4</sup>, corroborado por Fernanda Paula Oliveira, se encontram fora da aplicação da suspensão, nomeadamente, as "situações em que os interessados já dispõem de uma decisão da administração definidora da sua posição jurídica sobre o procedimento de forma estável, colocando de parte a evolução normativa do procedimento posterior", tais como:

C. Procedimentos de licenciamento de obras em curso após aprovação do projeto de arquitetura

Entendo, como considera já alguma jurisprudência e alguma doutrina, nomeadamente as autoras referidas, que a

<sup>3</sup> Idem

<sup>4</sup> Correia, Fernando Alves, in Manuel de Direito Urbanístico, Volume I, 4ª Edição, Coimbra, Almedina, 2008, p. 530 e ss.

"aprovação do projeto de arquitetura se aprecia, de forma definitiva, a conformidade do mesmo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, então terá que se concluir que, ocorrendo esta aprovação em momento anterior à abertura da fase de discussão pública do plano, a mesma não poderá ser afetada pela suspensão cautelar dos procedimentos, visto que, mais do que na hipótese da informação prévia (que o legislador exclui do âmbito da suspensão), o respetivo titular dispõe, nestes casos, de uma posição jurídica estavelmente definida".

D. Procedimentos de comunicação prévia referentes a obras a erigir em lotes resultantes de operações de loteamento tituladas por alvará válido

Sendo o licenciamento de um loteamento um "ato de carácter real, isto é, um ato que define as condições de ocupação de um determinado prédio, as suas prescrições produzem efeitos e vincula o promotor do mesmo, a câmara municipal e os adquirentes dos lotes".

Se o loteamento tem como efeito "a constituição de lotes urbanos que inscrevem, nos termos que forem definidos nas especificações do alvará de loteamento, potencialidade edificatórias e respetivos parâmetros, então terá de se concluir que o mesmo confere o direito à edificabilidade nela prevista. Isto é, a licença do loteamento e respetivo alvará conferem não apenas os direitos à transformação fundiária dos solos por eles abrangidos, mas também, em virtude de darem origem a lotes urbanos, o direito à concretização das operações urbanísticas previstas para os mesmos, servido a comunicação prévia que venha a ser conferida quando a estas para verificar se o direito que se pretende exercer coincide com o que consta daquela licença e respetivo alvará".

Ora, mesmo que as normas urbanísticas, nomeadamente as disposições de planeamento, venham posteriormente a ser alteradas, a verdade é que o loteamento, e bem assim todas as suas especificações, manter-se-ão, em princípio, imunes a tais modificações.

E. Procedimentos de emissão de autorização de utilização

A autorização de utilização limita-se, de acordo com o previsto no n.º 1 do art. 62.º do RJUE, a verificar se a obra foi concluída nos termos do projeto aprovado (no âmbito do qual se verificou se o edifício está adequado para o uso previsto).

"Embora se trate de um novo procedimento, distinto do que foi levado a cabo para o controlo prévio das obras, encontra-se estritamente ligado àquele, não havendo, atenta a sua finalidade, lugar à aplicação do novo plano."

F. Procedimentos cujo licenciamento tenha já ocorrido, faltando apenas a emissão do respetivo alvará ou da liquidação das taxas devidas.



Fl. 083  
*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

Nestas situações, "como o ato de licenciamento já foi praticado e em que falta apenas a emissão de um alvará, nunca um plano superveniente se poderá vir a aplicar. Esta é, de todas as situações atrás referidas, aquela em que posição jurídica do interessado se encontra definitivamente definida, não lhe podendo ser aplicadas normas urbanísticas entradas em vigor posteriormente".

E se assim é, não fará sentido suspender o "procedimento de licenciamento quando em causa está, apenas, a emissão do alvará já que este é um ato devido pela Administração, que se furta a quaisquer considerações resultantes da entrada em vigor do plano em discussão públicas".

#### **V Procedimentos objeto de suspensão automática**

5. Excluindo todas as situações dos procedimentos que não são suspensos, e já mencionados, todos os restantes procedimentos ficam automaticamente suspensos, quer se trate de procedimentos que tenham dado entrada na edilidade antes do início do período de discussão pública ou em data posterior.

Não obstante, em determinadas circunstâncias poderá ocorrer o "levantamento" desta suspensão pela Câmara Municipal, o que pressupõe, uma análise técnica dos pedidos apresentados pelos particulares de forma a determinar a necessidade de ser levantada ou não a suspensão, bem como se a decisão final deve ser dada de forma definitiva ou condicional.

Observe-se, que é uma "decorrência exigida para uma correta aplicação do princípio da proporcionalidade e pela necessária ponderação devida à afetação das pretensões jurídicas dos interessados pelos procedimentos de planeamento em curso e pela adoção de medidas que visam a salvaguarda destes últimos." (Fernanda Paula Oliveira)

Assim, é relevante identificar quais os procedimentos que permanecem suspensos e quais aqueles cuja suspensão deva ser levantada, sendo ainda necessário distinguir, relativamente a estes últimos, quais os procedimentos que devem obter uma deliberação final definitiva daqueles cujas decisões ficam condicionadas à entrada em vigor do plano".

Considerem-se as seguintes hipóteses<sup>5</sup>:

G. Procedimentos cujos pedidos terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em face das regras urbanísticas em vigor.

(No caso de procedimentos iniciados na sequência de pedidos, passíveis de deferimento, de acordo com o plano em vigor, mas de indeferimento, de acordo com o plano sujeito a discussão pública).

---

<sup>5</sup> (Comentários ao art. 12º-A do RJUE) OLIVEIRA, Fernanda Paula, NEVES, Maria José Castanheira, LOPES. Dulce, MAÇÃS, Fernanda, in *Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação Comentado*, 3ª Edição, Coimbra, Almedina, 2012, p.216 e ss.

Aqueles cujos "pedidos de licenciamento, comunicação prévia ou informação prévia venham com elevada probabilidade a obter, ao abrigo do plano colocado em discussão pública, uma decisão diferente da que teriam ao abrigo do plano em vigor", nomeadamente do seu indeferimento, o que colocaria em causa o futuro plano.

Para estes casos, a suspensão permanecerá até à entrada em vigor do novo plano ou pelo prazo de 180 dias úteis.

"Se se tratar de um pedido que deva merecer; à luz da proposta de plano sujeita a discussão pública, uma decisão de deferimento quando a mesma seria de indeferimento, ao abrigo do plano vigente, a suspensão determinada automaticamente com o início da discussão pública deve ser levantada, praticando-se atos de deferimento das pretensões, embora com decisão final condicionada à entrada em vigor do futuro plano."

H. Indeferimento de um pedido, atento ao PDM em vigor, e seu deferimento de acordo com o PDM. Colocando a discussão pública.

I. Deferimento de um pedido, atento ao PDM em vigor, e seu deferimento de acordo com o PDM, colocado a discussão pública

Nestas situações, a "solução terá de ser procurada no princípio da proporcionalidade, nos termos do qual não deve permanecer suspenso um procedimento cujo pedido não terá, ao abrigo das novas regras, uma decisão diferente daquela que decorre das regras urbanísticas em vigor".

Sempre que um pedido deva ser indeferido manter-se-á o indeferimento, e, portanto, uma conclusão do procedimento aberto pelo particular.

Sempre que um pedido deva ser deferido dever-se-á levantar a suspensão e ser decidida a pretensão urbanística, condicionando-a à entrada em vigor do plano revisto.

#### **VI Operações urbanísticas da iniciativa da administração**

6. Lobrigue-se ainda, que a suspensão se refere apenas às medidas suscetíveis de controlo prévio, não abrangendo assim as operações urbanísticas de iniciativa da Administração Pública, o que não implica que esta, mormente a Câmara Municipal, não tenha de ponderar o estado e termos da elaboração das suas propostas sob o território compatibilizando-as com o plano em discussão.

#### **VII Epílogo**

7. Assim, seguindo os fundamentos e perfilhando a posição adotada pela melhor doutrina - Fernanda Paula Oliveira, Maria José Castanheira Neves, Dulce Lopes e Fernanda Maças - sobre a suspensão dos atos de gestão urbanística aquando da discussão pública, em sede de revisão, do plano diretor municipal, se conclui que, afinal, a aplicação da figura da suspensão dos procedimentos é residual, e aplica-se somente nos casos de pedidos a deferir de acordo com o plano em



Fl.

084

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

vigor, mas a indeferir com base nas regras definidas pelo plano sujeito a discussão pública.

Face ao exposto, propõe-se aos órgãos executivo camarário assentir à posição aqui elencada, permitindo à Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente, apreciar, informar, os respetivos procedimentos administrativos, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), em conformidade jurídica.

Tarouca, 3 de julho de 2017.

O Chefe de Divisão da DGUA,

a) Américo dos Santos Correia,"

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** explicou que uma vez que está a decorrer o período de discussão pública do Plano Diretor Municipal e que existe a possibilidade de continuar a serem apreciados, informados e decididos os processos de obras, que não contrariem nem o anterior PDM, nem o novo, apresenta-se a presente proposta devidamente enquadrada pelo Chefe de Divisão da DGUA e que tem o suporte da CCDRN, para que as pessoas não fiquem prejudicadas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma permitir à Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente apreciar e informar os respetivos procedimentos administrativos, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), em conformidade jurídica, bem como a respetiva decisão pelo órgão competente, desde que respeitem as condições de facto e de direito constantes da supra transcrita proposta, desde a data da abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca, até à data da sua entrada em vigor ou, caso tal não se verifique, pelo período de cento e oitenta dias úteis, contados a partir da data do respetivo início.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e trinta e um, de doze de julho corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 33.932,85 (trinta e três mil e novecentos e trinta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 262.032,59 (duzentos e sessenta e dois mil e trinta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos).

Foi tomado conhecimento.



Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas dez horas e vinte minutos da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Am. Rêis Guerra Braga*,  
Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio ao Funcionamento dos Órgãos Municipais, a subscrevi.

